

Zimbra

050538990531@tre-ba.gov.br

IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 - TRE/BA

De : CWB Jurídico - MICROSENS
<CWB.Juridico@microsens.com.br>

Ter, 23 de jun de 2020 17:21

4 anexos

Assunto : IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020 - TRE/BA

Para : amramos@tre-ba.jus.br

Cc : Jessica deOliveira
<jessica.deoliveira@microsens.com.br>

Prezados, boa tarde.

MICROSENS S/A comparece para apresentar Impugnação ao Pregão Eletrônico nº 33/2020, pelas razões anexas.

Pedimos a gentileza de confirmar o recebimento deste.

Atenciosamente,

LARISSA BONATTO

JURÍDICO - CURITIBA

(41) 3024-2050

AV. JOÃO GUALBERTO, 1740 - P'AND - JUVENÉ - CEP 80030-001 - CURITIBA/PR


microsens

— **IMPUG - TRE BA.pdf**

742 KB

— **e-mail Estatuto e Eleição de Diretores - REDUZIDO.pdf**

634 KB

— **Procuração-Jetro-Leandro-Fick-31-8-2020.pdf**

491 KB

AO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Ref.:

Processo nº 0049940-79.2019.8.05.8000

Pregão Eletrônico nº 33/2020

MICROSENS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 78.126.950/0011-26, com filial em Cariacica – Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, armazém 01, mezanino 01, Box 6- Bairro Padre Mathias - CEP: 29.157-100, por seu representante legal, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria para apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** com fulcro no art. 41 §§ 1º e 2º, e seguintes, da Lei 8.666/93 e Seção XVIII do Edital, bem como demais legislações pertinentes à matéria.

I – DOS FATOS

Inicialmente, pertinente ressaltar que esta Signatária possui mais de 30 (trinta) anos de história, intensificando a produção industrial de microcomputadores e equipamentos de informática, fortalecendo as atividades no varejo eletrônico, sem deixar de contemplar o fortalecimento das relações com o mercado governamental e corporativo, primando pela excelência dos trabalhos prestados¹.

Portanto, desde 1994 esta Signatária atua junto ao mercado governamental e, em razão de sua expertise no atendimento aos Órgãos Públicos, tem interesse em participar do Pregão Eletrônico 33/2020, cujo objeto é a *“contratação de serviço de impressão corporativa (outsourcing), para dar continuidade ao serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção para atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Capital e do Interior do Estado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência”*.

¹ <http://www.microsens.com.br/mercado-governamental>

Todavia, observou-se que o presente Edital possui algumas irregularidades, razão pela qual foram apresentados questionamentos no dia 17 de junho de 2020, os quais não foram respondidos até o momento. Portanto, para que não ocorra a preclusão do direito, impugna-se o presente Edital, conforme passa a expor.

II – DO DIREITO

A) DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DA PREFERÊNCIA POR DETERMINADO FABRICANTE

Em verificação às exigências constantes para o Item 02, notou-se que há limitação do número de participantes, pois as especificações constantes para o referido item poderão ser atendidas apenas por equipamento da fabricante **XEROX**.

Segue análise abaixo, demonstrando o alegado, considerando que os pontos negativos (-) a seguir demonstram especificações em que os respectivos modelos não conseguem atender e por isso restringem a competitividade:

Item 02

Xerox VersaLink C8000DT

Lexmark CS921de

- Possui capacidade de memória máxima de 3 GB (opcional)

HP LaserJet Managed E85055dn (T3U66A)

- Possui capacidade de memória máxima de 3,5 GB

Okidata C831n

- Possui tecnologia de impressão LED

- Possui resolução de impressão de 1200 X 600 dpi

- Possui capacidade de memória máxima de 768 MB (opcional)

Ricoh SP C840DN (408105)

- Possui capacidade de memória máxima de 2 GB

Veja, em razão das especificações contidas para o Item 02, somente equipamento da fabricante **XEROX** atende os requisitos pleiteados por esta r. Administração, restringindo a competição em número de participantes e fornecedores, em desacordo com a legislação.

Desta forma, com todo respeito, não é permitido restringir à competitividade mediante a descrição de especificações técnicas irrelevantes para o atendimento das necessidades a que se

destina o objeto da licitação, tendo como única consequência o afastamento da maioria dos licitantes do certame, o que somente trará prejuízos a Administração.

O estabelecimento de especificações técnicas idênticas às ofertadas por determinado fabricante, da que resultou a exclusão de todas as outras marcas do bem pretendido, sem justificativa consistente, configura afronta ao disposto no art. 15, §7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Dessa forma, não pode a Administração favorecer determinados fabricantes/marcas em detrimento de outras, POIS RESTRINGE O MELHOR PREÇO QUE PODERÁ VIR A SER PRATICADO QUANDO DA OFERTA DE LANCES.

Este fato limita a participação de outros fornecedores, pois acaba tornando impossível que seja respeitado o princípio constitucional da ampla concorrência e competitividade. Assim, perde-se a finalidade da licitação, qual seja, a aquisição de produtos de qualidade com menores preços, além do fomento ao mercado nacional com a negociação realizada.

Caso seja extremamente necessário o Edital tal como especificado, o artigo 25 inciso I da Lei de Licitações traz as condições de inexigibilidade, quando é impossível que ocorra a concorrência em virtude da necessidade comprovada do órgão na utilização do produto específico para desempenhar suas atividades, visando sempre o interesse público, *in verbis*:

“I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada à preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.”

Contudo, nestes casos o Órgão tem que justificar a utilização do bem e ainda precisa de **ATESTADO COMPROVANDO ESSA NECESSIDADE**, além da vedação de escolha de marcas, o que já torna a especificação prevista no edital uma ilegalidade. E ainda no livro “Lei de Licitações e Contratos Anotada”, temos a seguinte explicação:

“Se o bem ou o serviço capaz de satisfazer o interesse público é único, ou seja, não tem similares ou equivalente perfeito, a licitação não deve ser realizada. A situação será de inexigibilidade de licitação. Da mesma forma, o legislador proíbe que, na descrição do objeto, sejam indicadas a marca do produto ou características e especificações que sejam exclusivas de um certo produto, pois isso significaria o mesmo que indicar a marca. No entanto, as vedações deixam de existir se houver razões de ordem técnica que possam justificar a opção pela marca, pela característica ou especificação exclusiva.” (MENDES, Renato Geraldo. Lei de Licitações e Contratos Anotada. 5º ed. Curitiba, 2004: Zênite, p. 48.)



No caso em epígrafe, a licitação é destinação a equipamentos de uso normal, não sendo apresentada nenhuma justificativa que pudesse embasar quaisquer restrições à utilização de tais especificações, conforme relatado previamente.

A Lei de Licitações traz em seu artigo 3º, §1º, inciso I, a proibição da Administração Pública agir de forma discricionária em relação ao caráter competitivo, como segue:

"Art. 3º (...)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

*admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer **outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**"(grifos nossos)*

Outrossim, verifica-se eminência de violação ao princípio da concorrência entre os participantes, já que o preço a ser cotado será eventualmente fixado sem parâmetros de concorrência, baseado em marca/modelo pré-constituídos. Confira-se a jurisprudência consolidada pelo TCU:

Súmula nº 270/2012: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação."

A diminuição do número de concorrentes inevitavelmente ocasionará em uma substancial elevação do preço dos produtos, causando vultosos prejuízos à própria Administração. Fica evidente que as exigências contidas no edital representam óbice à participação de muitos concorrentes com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal. No mesmo sentido caminha a regra contida no art. 8º do Decreto 3.555/2000:

*"Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras: I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento**, devendo estar refletida no termo de referência; II..." (grifo nosso)*

Desta forma, não é permitido a restrição à competitividade mediante a descrição de especificações técnicas irrelevantes para o atendimento às necessidades a que se destina o objeto da licitação.

Ademais, em recente decisão, o TCU reputou ilegal o estabelecimento de especificações técnicas idênticas a um determinado fabricante:

O estabelecimento de especificações técnicas idênticas às ofertadas por determinado fabricante, da que resultou a exclusão de todas as outras marcas do

4

bem pretendido, sem justificativa consistente, configura afronta ao disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993

(...). O Diretor, com a anuência do titular da unidade técnica, porém, ao divergir desse entendimento, ressaltou que "as quinze especificações técnicas exigidas para o bem objeto do certame eram idênticas àquelas do bem ofertado pela empresa vencedora ...". Tal detalhamento, sem justificativas técnicas para a exclusão de tratores de outros fabricantes, equivaleu, em concreto, à indicação de marca, o que afrontou o disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. O relator também entendeu que **"a especificação do produto equivaleu à indicação de marca e não utilizou os termos referidos na jurisprudência do Tribunal ("ou similar", "ou equivalente", "ou de melhor qualidade"), de maneira a propiciar a participação de outras empresas na licitação"**. Observou, também, que o plano de trabalho aprovado pela CEF fora "preenchido e assinado pelo próprio prefeito". Em face desses elementos de convicção, o Tribunal, ao acolher proposta do relator, decidiu: a) aplicar a cada um dos citados responsáveis multa do art. 58, inciso II da Lei nº 8.443/1992; b) instar a Prefeitura daquele município a, em futuras licitações para aquisições de bens, abster-se de formular especificações "que demonstrem preferência por marca, a não ser quando devidamente justificado por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido, hipótese em que a descrição do item deverá ser acrescida de expressões como 'ou similar', 'ou equivalente', 'ou de melhor qualidade', devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração, de modo a se coadunar com o disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993". **Acórdão n.º 1.861/2012-Primeira Câmara, TC 029.022/2009-0, rel. Min. José Múcio Monteiro, 10.4.2012.**

A flexibilização de exigências editalícias excessivamente rigorosas não impede a fuga de eventuais interessados em participar do certame e introduz critério subjetivo e secreto ao julgamento das propostas
(...)

Ademais, verificou que não constaram do respectivo processo administrativo os estudos e levantamentos que fundamentariam a fixação das especificações técnicas questionadas. Concluiu que o "estabelecimento de especificações técnicas rigorosas, que somente um equipamento é capaz de atender, não constitui, forçosamente, irregularidade. Contudo, a restrição à livre participação em licitações públicas constitui exceção ao princípio constitucional da isonomia e à vedação à restrição do caráter competitivo dos certames, **de sorte que é imprescindível a comprovação inequívoca de ordem técnica de que somente equipamentos com as especificações restritivas estão aptos a atender às necessidades específicas da Administração...**". E acrescentou: "Não se trata de reprovar especificações técnicas rigorosas. Censuro, amparado na jurisprudência pacífica desta Corte de Contas, a ausência de comprovação de que essas especificações decorreram de necessidades apuradas em estudos prévios ao certame". O relator também rechaçou o argumento do gestor de que, no momento da análise das propostas, a compatibilidade das especificações dos produtos ofertados é aferida sem rigor exacerbado, tendo como base a proporcionalidade, a razoabilidade e o interesse público. **Para o relator, "a flexibilização, por ocasião da análise das propostas, de exigências editalícias rigorosas não impede a fuga de eventuais interessados, além de introduzir critério subjetivo e secreto ao julgamento de propostas, o que é expressamente proibido pela Lei 8.666/1993"** – grifou-se. O relator noticiou também que o Into, após a suspensão cautelar determinada pelo Tribunal das contratações com base na ata resultante do certame, decidiu revogá-la. O Tribunal, então, seguindo o voto apresentado pelo relator, decidiu: a) julgar procedente a representação; b) aplicar multa a responsável; c) efetuar determinações com o intuito de balizar a realização de futuros certames. **Acórdão 310/2013-Plenário, TC 037.832/2011-5, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, 27.2.2013.**

Nesse sentido, diante das considerações feitas, há que se eliminarem todas as limitações à competição de empresas licitantes, em conformidade com a legislação aplicável e entendimento do TCU, já demonstrados anteriormente.

Sendo assim, postula-se pela **REGULARIZAÇÃO DO EDITAL**, sendo retificadas as especificações restritivas da competição, referente ao solicitado no Edital, eis que o atendimento

às exigências descritas para o Item 02 só podem ser feitos por equipamento da fabricante XEROX.

Por fim, caso não seja esse o entendimento, faz-se necessário que esta r. Administração indique ao menos três marcas que atenda o Edital, especificando modelo de equipamento.

B) DOS QUESTIONAMENTOS ENVIADOS

A fim de facilitar vossa análise e resposta, colacionamos abaixo os questionamentos enviados no dia 17/06/2020:

De acordo com o Item 18.1 do Edital, vimos pela presente, respeitosamente, solicitar os seguintes esclarecimentos sobre a licitação acima:

1. O edital estabelece quantidade estimada de cópias/impressões no contrato. Entretanto, fabricantes de impressoras/multifuncionais realizam a estimativa da autonomia nominal de um cartucho de toner com base em impressões com taxa de cobertura em 5%. Ou seja, é usual que todo cálculo da quantidade e custos com consumíveis em projetos de outsourcing sejam referenciados em impressões com taxa de cobertura de 5%. Deste modo, entendemos que a estimativa de impressões deste projeto segue o padrão de mercado com taxa de cobertura de 5%. Nosso entendimento está correto?

a) Caso o entendimento seja contrário, solicitamos informar qual a taxa de cobertura deve-se considerar para dimensionamento das quantidades e custos com consumíveis que serão utilizados no projeto. Citamos como exemplo os seguintes processos licitatórios que informaram a taxa de cobertura, através da informação no próprio edital ou de resposta de esclarecimento:

I. CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017 - 23/03/17 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE INSUMOS. Em sede de esclarecimentos a empresa questionou a Câmara Municipal de Londrina acerca da taxa de cobertura, e como resposta entendeu o Sr. Pregoeiro "Com relação à taxa de cobertura, pode ser considerada o padrão de mercado de 5%."

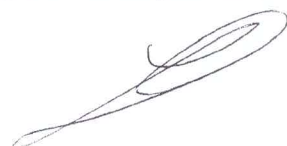
II. COHAB/PR - PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 006/2016 - 10/05/17 - Prestação de serviços de locação de equipamentos multifuncionais novos (sem uso), envolvendo a instalação, manutenção preventiva e corretiva e sistema de gerenciamento de impressões/cópias efetivamente realizadas. No edital, em sua página 17, é possível verificar a preocupação do órgão em relação ao dimensionamento da taxa de cobertura, vejamos: "2.4.7. Para dimensionamento das quantidades e custos com consumíveis deverá ser considerada uma taxa de cobertura de 10% (dez por cento)."

III. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso/MT - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2017 - 17/03/17 - locação de multifuncionais Híbridas (colorida e monocromática), de porte gráfico incluindo scanner e controlador de impressão. Igualmente no caso anterior, o Tribunal de Justiça estabeleceu na Página 23: "II. FINALIDADE. (...) Os equipamentos irão realizar impressões estimadas em 2.360.000 (dois milhões e trezentos e sessenta mil) unidades anualmente no formato A4 (com base na média auferida nos últimos 3 anos), tendo sua área de cobertura média de 80% de tonner no formato do papel impresso, (...)".

IV. INSS/GO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017 - 13/02/17 - serviços de reprografia a serem executados nas dependências das Unidades pertencentes à Gerência Executiva do INSS em Anápolis-GO, com disponibilização de equipamentos, em regime de empreitada por preço unitário, incluindo o fornecimento de papel, os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e o fornecimento dos demais insumos necessários à adequada execução do serviço. Em sede de questionamentos, informou que “1.1. Entendemos razoável que, para efeito de cálculos, as licitantes trabalhem com uma taxa de cobertura de 5%, a grande maioria de nossas impressões, são documentos de texto, em papel A4.”.

V. INSS/RS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017 - 12/06/17 - serviços de reprografia a serem executados nas dependências da Gerência Executiva do INSS Canoas/RS e das demais Unidades vinculadas, com disponibilização de máquinas em regime de empreitada por preço unitário, incluindo o fornecimento de papel, os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e o fornecimento dos demais insumos necessários à adequada execução do serviço. Em sede de questionamentos, informou que “Segundo o Edital a quantidade estimada é de 105 mil impressões/mês e quanto à taxa de cobertura de 5% está correto o entendimento.”.

2. Para o Item 01 do objeto desta licitação, é solicitado: “Impressão a laser monocromática”. Entretanto, quando o mercado solicita impressora com tecnologia “laser” na verdade está objetivando um equipamento com sistema de impressão através do processo eletrofotográfico a seco. O termo “laser” advém do método como ocorre a fotossensibilização do equipamento, sendo que atualmente existem dois modos de fotossensibilização (laser e LED). Estes são comprovadamente, através de estudos laboratoriais, equivalentes do ponto de vista funcional. Portanto, não existe tecnologia de impressão “laser”, e o termo, além de estar erroneamente colocado, restringe a cotação de produtos com fotossensibilização através de LED. Desta forma, visando adequar as especificações técnicas aos produtos atuais do mercado, ampliando assim o rol de participantes e promovendo a competitividade da presente licitação, solicitamos que sejam aceitos também equipamentos com tecnologia de impressão LED.
3. Para o Item 02 do objeto desta licitação, é solicitado: “Memória: 4GB (mínimo)”. Entretanto, em pesquisa realizada em equipamentos das fabricantes líderes do mercado mundial (Samsung, Zérox, Lexmark, HP, Okidata, Brother, Kyocera, Ricoh, entre outras) foi constatado que a maioria dos equipamentos do porte requerido atualmente disponíveis no mercado possui memória ligeiramente inferior, na faixa de 2 GB. Isto impede que equipamentos das fabricantes líderes do mercado possam ser cotados na presente licitação. Deste modo, visando adequar as especificações técnicas aos produtos atuais do mercado, ampliando assim o rol de participantes e promovendo a competitividade da presente licitação, solicitamos que sejam aceitos equipamentos com memória mínima de 2 GB.
4. Para “4.4. GERENCIAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO” do objeto desta licitação, solicitamos informar se o mesmo pode ser fornecido na modalidade “Datacenter”. Nesta modalidade o fabricante do software disponibiliza um Datacenter com estrutura própria para armazenamento das informações, não havendo necessidade de instalação de servidor e banco de dados na infraestrutura do contratante. Vale ressaltar que as informações enviadas ao Datacenter são referentes apenas a dados sobre os trabalhos de impressão, sendo que em nenhum momento o conteúdo das impressões é enviado ou armazenado. O envio das informações é seguro, pois é feita pelo protocolo de segurança HTTPS (SSL) através da porta 443. Além das vantagens acima citadas, o cliente não terá que se preocupar com a compra e manutenção do servidor, banco de dados, sistema operacional e licenças CAL do Windows (ensarcem o custo final do projeto). Por fim, poderá ter acesso remoto a qualquer momento (usuários que tiverem permissões), de qualquer lugar do mundo com acesso à Internet, às informações de bilhetagem do cliente. Diante do exposto, questiona-se: será aceita esta solução?



4.1. Caso a solução com Datacenter não seja aceita, um servidor e o sistema operacional Windows Server deverá ser adicionado à infraestrutura do cliente. Quem irá fornecer o servidor e o sistema operacional Windows Server? Contratada ou contratante?

5. Para o objeto da presente licitação, é solicitado: “10.10. Após a apuração da melhor oferta, o Pregoeiro suspenderá a sessão para a realização de diligências, que serão efetuadas por meio de visitas técnicas e análise de amostras, conforme os critérios, e prazos estipulados nos itens 3.5.1 a 3.5.7 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).” E “3.5.3. No prazo máximo de 8 (oito) dias corridos contados a partir do recebimento da solicitação do pregoeiro, a licitante deverá providenciar a instalação dos equipamentos e dos softwares de gerenciamento/bilhetagem em servidor de rede próprio a ser instalada na Sede deste Tribunal para comprovação dos requisitos solicitados com base no Termo de Referência.”. Entendemos que para a realização da prova de conceito, toda a infraestrutura necessária (servidor, computadores, sistemas operacionais, entre outros) para instalação dos softwares será disponibilizada pela Contratante. Nosso entendimento está correto?

5.1. Caso seja necessário fornecer o servidor para instalação do software de bilhetagem, entendemos que o mesmo não necessita ser novo para a Prova de Conceito. Nosso entendimento está correto?

5.2. Caso seja necessário fornecer o servidor para instalação do software de bilhetagem, entendemos que as licenças dos softwares (Sistema operacional, bilhetagem, etc.) poderão ser provisórias apenas para a Prova de Conceito. Nosso entendimento está correto?

5.3. Caso seja necessário fornecer o servidor para instalação do software de bilhetagem, as licenças que porventura sejam definitivas poderão ser as licenças utilizadas durante o contrato. Nosso entendimento está correto?

6. Para o objeto da presente licitação, é solicitado: “10.10. Após a apuração da melhor oferta, o Pregoeiro suspenderá a sessão para a realização de diligências, que serão efetuadas por meio de visitas técnicas e análise de amostras, conforme os critérios, e prazos estipulados nos itens 3.5.1 a 3.5.7 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).” E “3.5.3. No prazo máximo de 8 (oito) dias corridos contados a partir do recebimento da solicitação do pregoeiro, a licitante deverá providenciar a instalação dos equipamentos e dos softwares de gerenciamento/bilhetagem em servidor de rede próprio a ser instalada na Sede deste Tribunal para comprovação dos requisitos solicitados com base no Termo de Referência.”. Caso seja solicitado Prova de Conceito, solicitamos que as instalações do software possam ser realizadas de modo remoto, uma vez que estamos enfrentando um período de isolamento social causado pelo COVID-19 que dificulta viagens (muitas licitantes devem ser de outras cidades) e reuniões presenciais. Sendo assim, visando atender ao edital e às determinações dos órgãos de saúde, solicitamos que as instalações de software possam ser realizadas de modo remoto.

III – DOS PEDIDOS

Ante o acima exposto, vem à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito e acatamento, a fim de conhecer a Impugnação e julgá-la PROCEDENTE, a fim de que:

a) Sejam retificadas as especificações que tornam o Item 02 direcionados para o equipamento da fabricante **XEROX**, restringindo a competitividade;

a.1) Caso não seja este o entendimento, faz-se necessário que esta Administração **INDIQUE AO MENOS TRÊS MODELOS** com as respectivas MARCAS QUE ATENDA AO PRESENTE EDITAL em relação ao objeto do item mencionado.

b) Sejam respondidos os questionamentos enviados no dia 17/06/2020, sob pena de nulidade;

c) Seja respeitado o prazo para resposta desta impugnação; e

d) De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos a este respeito.

Nestes termos, requer deferimento.

Curitiba, 23 de junho de 2020.



MICROSENS S.A

Jetro Leandro Fick

